

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL nº 1408774 - MS (2018/0318060-0)

RELATORA : MIN. ASSUSETE MAGALHÃES

AGRAVANTE : JOÃO CARLOS AQUINO LEMES
ADVOGADOS : JOSÉ WANDERLEY BEZERRA ALVES - MS003291
: GUSTAVO MARQUES FERREIRA E OUTRO(S) - MS007863
: ANTONIO FERREIRA JÚNIOR - MS007862
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
INTERES. : JOSÉ MARCÍLIO ARAÚJO BARRETO
ADVOGADO : BRUNO MEDINA DE SOUZA E OUTRO(S) - MS010951

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto por JOÃO CARLOS AQUINO LEMES, em 19/09/2018, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, que inadmitiu o Recurso Especial interposto contra acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - ALEGAÇÃO DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA REJEITADA – DISPENSABILIDADE DE DANO AO ERÁRIO PARA CARACTERIZAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ATENTATÓRIO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – CONTRATAÇÃO DIRETA DE DIVERSAS PESSOAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO – PRESENÇA DO DOLO GENÉRICO – ATO DE IMPROBIDADE CONFIGURADO – SANÇÕES MANTIDAS.

01. O conceito de agente público previsto no art. 2º da Lei n. 8.429/92 abrange os agentes políticos, sujeitando-os, também, à Lei de Improbidade Administrativa. Inadequação da via eleita rejeitada.

02. É dispensável o dano ao erário para caracterização do ato de improbidade administrativa atentatório aos princípios da Administração Pública.

03. Configura-se ato de improbidade administrativa ofensivo aos princípios da Administração Pública (art. 11, I, da Lei de Improbidade Administrativa) a contratação direta de diversas pessoas para prestação de serviços públicos sem se tratar de hipótese excepcional à realização prescindível de concurso público, com a presença do dolo genérico evidenciado pela reiteração das condutas no período aproximado de dois mandatos eleitorais.

04. As cominações previstas no art. 12 da Lei n. 8.429/91 podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato. Manutenção da cumulação e da valoração das sanções ante a gravidade do ato.

Recurso conhecido e não provido" (fl. 4.941e).

Sustenta a parte agravante, que:

"Sabe-se que o recurso especial está submetido a um juízo de admissibilidade bipartido, vale dizer, o Tribunal de origem recebe o recurso e, analisando os pressupostos necessários, pode dar ou negar seguimento. Na hipótese de denegação do recurso, a parte poderá demonstrar seu inconformismo pela interposição de agravo que, contendo os elementos suficientes para o julgamento, poderá ser convertido no próprio recurso especial.

Segundo a legislação vigente, os Tribunais poderão fazer uma primeira análise do juízo de prelibação estando, contudo, adstritos aos requisitos gerais dos recursos. Porém, esse exame prévio é realizado de forma provisória, tendo o órgão jurisdicional ad quem a atribuição de fazer a análise definitiva acerca do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade do recurso manejado.

Observa-se, no entanto, que ao exercer o juízo provisório de admissibilidade, o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul usurpou a competência reservada ao Superior Tribunal de Justiça, uma vez que, para concluir pela inadmissibilidade do trânsito do recurso especial aviado, não se limitou ao exame dos requisitos gerais de cabimento do recurso, haja vista que, em manifesta afronta ao rol de atribuições legais, adentrou ao mérito da questão, o que destoava da melhor técnica jurídica.

(...)

De outro norte, é de se reconhecer que, embora tenha sido apontado que a interposição do recurso especial pela violação aos artigos 2º, 11 e 12, todos da Lei de Improbidade Administrativa tem por fundamento o artigo 105, inciso III, alínea *a* e *c* da Carta Magna (negativa de vigência a texto de lei federal), a decisão denegatória lastreou-se no verbete sumular n. 83 do Superior Tribunal de Justiça, que trata das hipóteses de não conhecimento com arrimo no artigo 105, inciso III, alínea *c*, da Constituição Federal (dissídio jurisprudencial), já que seu enunciado consigna que '*não se conhece do recurso especial pela divergência*, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida' (destacou-se).

(...)

Consoante apreende-se da súmula em questão, para que seja negado seguimento ao recurso especial, o tribunal superior deve ter firmado entendimento pacífico acerca de determinada matéria, do contrário não restará configurada hipótese para sua aplicação.

Confirmando a fundamentação acima, bem como a aplicabilidade da Súmula n. 83 do Superior Tribunal de Justiça em caso de jurisprudência pacífica, destacam-se jurisprudências proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça:

(...)

De acordo com o demonstrado acima, para que se aplique a Súmula n. 83 do Superior Tribunal de Justiça, o acórdão objurgado precisa estar em consonância com jurisprudência pacífica, o que não é caso dos autos.

O Vice-Presidente do Tribunal de Justiça citou julgados em sentido oposto às teses defendidas no recurso. Entretanto, não se trata de entendimento pacificado, eis que na própria peça recursal foi realizada a prova de julgados em sentido contrário, abaixo elencados:

(...)

Equivoca-se a autoridade prolatora da decisão objurgada quando afirma que a pretensão recursal também esbarra no enunciado da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Sequer se está a cogitar de reexame de prova que, nas palavras de Tereza Arruda Alvim Wambier, consiste no exame mais minucioso, atento e vagaroso das provas constantes dos autos, que poderia levar ao mesmo resultado: à solução de que a subsunção ter-se-ia dado de modo equivocado.

(...)

No presente caso, tanto o magistrado como o Tribunal *a quo* não valoraram bem as provas. A valoração da prova refere-se ao valor jurídico desta, questão unicamente de direito, e, portanto, passível de exame por esta Corte Superior sim" (fls. 5.025/5.032e).

Requer, ao final, o conhecimento e provimento do Agravo.

Por sua vez, a parte agravada afirma que deve ser mantida a decisão de inadmissibilidade do Recurso Especial.

Do exame dos autos, verifica-se que os fundamentos da decisão agravada, para inadmitir o Recurso Especial, são os seguintes: incidência dos óbices das Súmulas 83/STJ e 7/STJ.

O recorrente, no entanto, no Agravo, não cuidou de impugnar a decisão, especificadamente, quanto à incidência da Súmula 7/STJ, limitando-se a afirmar que o que se busca é a valoração da prova, sendo questão unicamente de direito.

Ora, "não basta a assertiva genérica de que é desnecessária a análise de prova, ainda que seja feita breve menção à tese sustentada. É imprescindível o cotejo entre o acórdão combatido e a argumentação trazida no recurso especial que pudesse justificar o afastamento do citado óbice processual" (STJ, AgInt no AREsp 1.067.725/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/10/2017).

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO.

VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. **IMPUGNAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 182 DO STJ. INCIDÊNCIA.** ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7 DO STJ.

1. O Plenário do STJ decidiu que 'aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça' (Enunciado Administrativo n. 2).

2. Conforme reiterada jurisprudência desta Corte de Justiça, o agravante deve infirmar, nas razões do regimental, todos os fundamentos da decisão impugnada, sejam eles autônomos ou não, sob pena de não ser conhecido o seu recurso, a teor do disposto na Súmula 182 do STJ.

3. Hipótese em que o recorrente não se desincumbiu do ônus de impugnar, de forma clara e específica, todos motivos da decisão ora agravada, limitando-se a alegar, genericamente, ofensa ao art. 535 do CPC/1973, sem explicitar os pontos em que teria sido omissa o acórdão recorrido, em flagrante desrespeito ao princípio da dialeticidade.

4. **No tocante à incidência da Súmula 7 do STJ, a mera referência a julgados desta Corte favoráveis à reavaliação do conjunto probatório, mas sem nenhuma identidade fática com o caso em análise, não tem o condão de ilidir os fundamentos da decisão agravada.**

5. "Agravos regimentais não conhecidos" (STJ, AgRg no AREsp 721.539/PE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIAS, PRIMEIRA TURMA, DJe de 18/08/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVOS REGIMENTAIS. ARES. RAZÕES DE AGRAVO QUE NÃO TRATAM DOS ARGUMENTOS DA DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO ESPECIAL. SÚMULA N. 182 DESTA CORTE SUPERIOR E ART. 544, § 4º, INC. I, CPC.

1. Não se pode conhecer do agravo regimental apresentado pelo Parquet estadual, uma vez que compete ao Ministério Público Federal a representação do Ministério Público no Superior Tribunal de Justiça nos termos da Lei Complementar n. 75/93 e da Lei n. 8.625/93.

2. No mais, trata-se, originalmente, de agravo interposto contra decisão da instância ordinária que negou admissibilidade a recurso especial com base nos seguintes argumentos: (i) inexistência de ofensa ao art. 535 do CPC e (ii) aplicação da Súmula n. 7 desta Corte Superior.

3. Nas razões de agravo (ARESP), a parte agravante não combateu todos os motivos que ensejaram a negativa de seguimento ao recurso especial (decisão agravada): afirmou-se não se pretender a análise de fatos e provas (com conseqüente não-incidência da Súmula n. 7/STJ), sem, contudo, demonstrar tal assertiva - trascrevendo, por exemplo, trechos do acórdão recorrido em que tenha sido travada a discussão do especial, para provar que não são necessários novos aportes de fatos e provas não contidos no acórdão. Combate deste tipo é genérico e não se presta como impugnação à decisão agravada.

4. Incidem, no caso, a Súmula n. 182 desta Corte Superior (por analogia), segundo a qual '[é] inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada' e o art. 544, § 4º, inc. I, segunda parte, do CPC.

5. Agravo regimental do Ministério Público estadual não conhecido. Agravo regimental do Ministério Público Federal não provido" (STJ, AgRg no AREsp 27.323/GO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 01/12/2011).

Registre-se que a parte, ao recorrer, deve buscar demonstrar o desacerto do **decisum** contra o qual se insurge, refutando todos os óbices por ele levantados, sob pena de vê-lo mantido.

Tal entendimento, inclusive, está consolidado na Súmula 182/STJ, segundo a qual o recorrente deve infirmar, especificamente, os fundamentos da decisão impugnada, mostrando-se inadmissível o Agravo que não se insurge contra todos eles.

Ademais, cabe destacar que, em conformidade com a jurisprudência deste Tribunal, "é possível o juízo de admissibilidade adentrar o mérito do recurso, na medida em que o exame da sua admissibilidade, pela alínea 'a', em face dos seus pressupostos constitucionais, envolve o próprio mérito da controvérsia" (STJ, AgRg no Ag 228.787/RJ, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, Quarta Turma, DJ de 04/09/2000). No mesmo sentido: STJ, AgRg no Ag 1.188.708/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 06/08/2010). Nesse sentido, aliás, é a Súmula 123 do STJ: "A decisão que admite, ou não, o recurso especial deve ser fundamentada, com exame dos seus pressupostos gerais e constitucionais". Veja-se, por pertinente, o seguinte aresto:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. TRIBUNAL DE ORIGEM. EXAME DE MÉRITO. POSSIBILIDADE. SÚMULA 123/STJ. FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. NÃO IMPUGNADO. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 182/STJ.

1. Não há usurpação da competência do Superior Tribunal de Justiça quando o Tribunal de origem, ao realizar o juízo de admissibilidade do recurso especial, analisa os pressupostos específicos e constitucionais concernentes ao mérito da controvérsia, conforme o disposto na Súmula 123/STJ. **Precedentes.**

2. No presente caso, o Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial com base nas Súmulas 7/STJ e 83/STJ. Por seu turno, nas razões do agravo, a parte agravante limitou-se a alegar que o Tribunal de origem não poderia adentrar no mérito recursal. Assim, não foram impugnados precisamente os fundamentos utilizados pela Corte de origem para não admitir o recurso especial. Incidência, por analogia, da Súmula 182/STJ.

(...)

4. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no AREsp 295.224/CE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 13/05/2013).

Em face do exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC/2015 e art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do Agravo.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que, na origem, não houve prévia fixação de honorários sucumbenciais.

I.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
Relatora